



Gazeta Mercantil – 11 Fev 2004

Falta de acordo adia votação no Senado

A dificuldade em obter acordo entre mercado e governo adiou a votação da Medida Provisória 144, que cria as novas regras para a comercialização de energia elétrica. A votação estava marcada para ontem no Senado Federal. O desacordo entre empresas do setor e governo se concentra em três das dez propostas de mudança no texto da MP apresentadas à Casa e acatadas pelo relator da matéria, senador Delcídio Amaral (PT-MS). O setor quer desconcentrar o poder de regulação do mercado do governo, garantir o repasse integral dos gastos em aquisição de energia aos consumidores e manter a participação das geradoras anteriores à MP nos novos mercados de energia. Segundo Amaral, as negociações serão concluídas hoje.

A concentração das decisões sobre o setor elétrico nas mãos do Ministério de Minas e Energia foi a reclamação mais freqüente entre representantes de associações do setor que compareceram à audiência pública sobre a MP 144 na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado. As empresas querem que o texto passe a submeter as decisões do Ministério de Minas e Energia sobre o mercado de energia a processo de audiência pública.

"Sem esse tipo de mecanismo, ficará difícil manter o fluxo de investimentos, pois o governo poderá virar as regras do mercado de um momento para o outro", reclamou o presidente da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel), Paulo César Coelho Tavares. "A medida dá ao governo federal um poder regulatório praticamente ilimitado no setor. Nesse quadro, as regras de mercado se tornam instáveis, dependentes de troca de poder", concordou o diretor-presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Claudio Sales.

Outra grande preocupação das empresas diz respeito à inadimplência do poder público. As distribuidoras propõem a compensação de débitos com descontos nos impostos devidos. De acordo com o senador Delcídio Amaral, as negociações não podem envolver tributações estaduais ou municipais, e uma alternativa com impostos federais está em debate com os ministérios da Fazenda e de Minas e Energia.

Trabalho conjunto

As empresas defendem ainda que a medida provisória autorize o repasse integral dos valores gastos em leilões de aquisição de energia aos consumidores, e que as licitações para expansão da oferta de energia possam incluir as geradoras que já operavam antes da aprovação da MP. O texto aprovado pela Câmara dos Deputados determina que essas licitações sejam específicas para os novos empreendimentos ou ampliações.

O relator da matéria no Senado, Delcídio Amaral, trabalha junto com o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), relator da MP 145, que trata da criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), para desenhar um texto que atenda às reivindicações do setor sem alterar os fundamentos da proposta elaborada pelo governo. Até ontem, ele disse ter conseguido acordo em seis das dez propostas apresentadas por representantes do setor elétrico. A costura desse acordo deverá incluir interlocutores da Câmara dos Deputados, para evitar que os consensos estabelecidos no Senado encontrem resistências na Câmara, para onde o texto retornará depois de aprovado na Casa Alta do Congresso.

Obtidos os acordos, a medida provisória 144 ainda enfrentará a pauta do Plenário obstruída por outras duas medidas provisórias: a MP 139, editada para resolver o veto presidencial ao projeto que transfere parcela do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) a entidades que cuidam de pessoas com deficiências físicas, e a MP 140, que cria o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira. Sem ir a votação, a medida provisória do setor elétrico passa a travar a pauta do Senado a partir do dia 21, na semana anterior ao Carnaval.